

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 26.617.923/0001-80

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório da administração regulatório.....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Demonstrações contábeis regulatórias auditadas	
Balanço patrimonial.....	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	11

Relatório da Administração Regulatório

A Administração da Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("JAN" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração Regulatório e as demonstrações contábeis regulatórias acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório do auditor independente relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia

A Janaúba é controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos. A JAN atua no segmento de transmissão de energia elétrica, nas regiões Nordeste e Sudeste e responde por 0,61% da RAP da Rede Básica de transmissão do Brasil.

Concessionária privada do serviço público de transmissão de energia elétrica, a Companhia detém a concessão de linhas de transmissão da Rede Básica que compreendem 03 subestações na tensão de 500 kV e aproximadamente 545 km de linhas de transmissão igualmente em 500 kV, conforme quadro a seguir:

Linhas de Transmissão em operação – Características Físicas						
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capac. Transform. (MVA)	Início Operação Comercial	Venc. da Outorga
Bom Jesus da Lapa II – Janaúba 3	Simplex	500	308	n/a	01/09/2021	10/02/2047
Janaúba 3 – Pirapora 2	Simplex	500	237	n/a	01/09/2021	10/02/2047

Linha de Transmissão	RAP - R\$mil (*)	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
JAN	213.631	Junho	IPCA

(*) RAP estabelecida pela resolução homologatória ANEEL nº 2.895 de 13 de julho de 2021, alterada pela resolução homologatória ANEEL nº 2.959 de 05 de outubro de 2021.

Considerando as instalações de transmissão em operação, a RAP esperada é de R\$235.406 mil para os períodos de 2022 à 2026, representando um acréscimo de 200% em relação a 2021, conforme quadro a seguir:

RAP Esperada - em moeda constante de 31/12/2021							
Linha de Transmissão	2020	2021 (*)	2022	2023	2024	2025	2026
JAN	-	78.469	235.406	235.406	235.406	235.406	235.406

(*) RAP realizada.

Governança Corporativa

A Taesa realiza as atividades administrativas da JAN e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

Gestão Operacional

A Companhia demonstrou mais uma vez sua capacidade de manter a disponibilidade da linha de transmissão consistentemente em elevados patamares, atingindo no ano de 2021 o resultado de 99,90% de disponibilidade. Este desempenho se deve também à qualidade dos ativos e instalações

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 26.617.923/0001-80

da Companhia e, principalmente, à competência técnica e especialização das equipes responsáveis pela operação e manutenção dos processos críticos.

Política de Qualidade

A JAN, respaldada pela alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionadas à execução dos serviços de operação e manutenção de transmissão de energia elétrica.

Declaração da Diretoria

A Taesa realiza atividades de “back-office” para atividades administrativas da JAN e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. (“EY Brasil”) para prestar serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$51 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 23 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

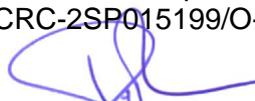
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ101080/O-0

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	90.774	42.803
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5	26.561	-
Impostos e contribuições sociais	6	5.969	8.372
Outras contas a receber		5.341	5.098
Total dos ativos circulantes		128.645	56.273
<i>Ativos não circulantes</i>			
Depósitos judiciais		2.476	-
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5	4	-
Impostos e contribuições diferidos	7	57.307	29.934
Imobilizado	8	956.348	784.674
Intangível	8	17.757	27.443
Outras Contas a receber		177	-
Total dos ativos não circulantes		1.034.069	842.051
Total dos ativos		1.162.714	898.324
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores	10	61.653	21.348
Debêntures	11	127.370	-
Taxas regulamentares		660	-
Impostos e contribuições sociais		4.875	5.846
Dividendos a pagar		357.375	99.061
Outras contas a pagar		3.365	1.986
Total dos passivos circulantes		555.298	128.241
<i>Passivos não circulantes</i>			
Debêntures	11	864.308	846.959
Provisões para contingências	12	4.497	328
Fornecedores		16.506	40.113
Outras contas a pagar		2.924	-
Total dos passivos não circulantes		888.235	887.400
<i>Patrimônio líquido</i>			
Capital social		193.145	40.645
Reserva de lucros		197.826	40.645
Dividendos adicionais propostos		-	209.356
(Prejuízos) acumulados		(671.790)	(407.963)
Total do patrimônio líquido	13	(280.819)	(117.317)
Total dos passivos e do patrimônio líquido		1.162.714	898.324

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Disponibilização do sistema de transmissão		78.469	-
Parcela Variável		(18)	-
Receita operacional bruta	17	78.451	-
PIS e COFINS correntes		(7.529)	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(912)	-
Deduções da receita		(8.441)	-
Receita operacional líquida	17	70.010	-
Pessoal		(1.117)	(177)
Material		(54)	-
Serviços de terceiros		(513)	-
Depreciação e amortização		(4.503)	-
Outros custos operacionais		(69)	(409)
Custos operacionais	18	(6.256)	(586)
Pessoal		(1.420)	(1.327)
Serviços de terceiros		(843)	(525)
Outras despesas operacionais líquidas		19	(403)
Despesas operacionais	18	(2.244)	(2.255)
Resultado da atividade		61.510	(2.841)
Receitas financeiras		3.210	10.620
Despesas financeiras		(149.782)	(85.164)
Receita e despesas financeiras, líquidas	19	(146.572)	(74.544)
Resultado antes dos impostos e contribuições		(85.062)	(77.385)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Prejuízo) do exercício	14	27.374	26.284
		(57.688)	(51.101)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Demonstração do resultado abrangente para exercício findo
em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
(Prejuízo) do exercício	<u>(57.688)</u>	<u>(51.101)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>(57.688)</u>	<u>(51.101)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros			Dividendos Adicionais Propostos	(Prejuízos acumulados)	Total
			Reserva legal	Reserva especial	Reserva de lucros a realizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	13	<u>40.645</u>	<u>3.155</u>	<u>37.490</u>	<u>-</u>	<u>19.279</u>	<u>(77.720)</u>	<u>22.849</u>
Retificação da destinação do resultado do exercício		-	-	-	-	(19.279)	-	(19.279)
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	(51.101)	(51.101)
Destinação do lucro líquido do exercício (societário):								
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(69.786)	(69.786)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	209.356	(209.356)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13	<u>40.645</u>	<u>3.155</u>	<u>37.490</u>	<u>-</u>	<u>209.356</u>	<u>(407.963)</u>	<u>(117.317)</u>
Aprovação de dividendos adicionais		-	-	-	-	(209.356)	-	(209.356)
Aumento de capital		152.500	-	-	-	-	-	152.500
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	(57.688)	(57.688)
Destinação do lucro líquido do exercício (societário):								
Reserva legal		-	10.307	-	-	-	(10.307)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	146.874	-	(146.874)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(48.958)	(48.958)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13	<u>193.145</u>	<u>13.462</u>	<u>37.490</u>	<u>146.874</u>	<u>-</u>	<u>(671.790)</u>	<u>(280.819)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações do Fluxo de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		(57.688)	(51.101)
Itens de resultado que não afetam o caixa:			
Provisão de riscos trabalhistas e cíveis	12	1.585	328
Depreciação e Amortização	8 e 18	4.503	-
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	19	(456)	-
Despesa de atualização monetária de contingências	19	645	-
Receita de aplicação financeira		-	(10.620)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	11 e 19	144.523	82.943
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(27.374)	(26.284)
Provisão para parcela variável	5	18	-
		<u>65.756</u>	<u>(4.734)</u>
Variação de ativos e passivos:			
(Aumento) no contas a receber de concessionárias e permissionárias		(26.583)	-
Redução (aumento) nos impostos e nas contribuições sociais ativos,		1.432	(2.565)
(Aumento) redução outras contas a receber		(496)	10.625
Aumento nos fornecedores		16.699	32.669
Aumento nas taxas regulamentares		660	-
Aumento nas outras contas a pagar		4.494	963
		<u>(3.794)</u>	<u>41.692</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>61.962</u>	<u>36.958</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(252)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>61.962</u>	<u>36.706</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Redução no saldo de títulos e valores mobiliários		-	663.860
(Adições) no imobilizado e intangível	8	(166.491)	(655.111)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimento		<u>(166.491)</u>	<u>8.749</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de debêntures		-	(2.662)
Aumento de capital	13	152.500	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento		<u>152.500</u>	<u>(2.662)</u>
Aumento líquido nos equivalentes de caixa		<u>47.971</u>	<u>42.793</u>
Saldo inicial de equivalentes de caixa	4	42.803	10
Saldo final de equivalentes de caixa	4	90.774	42.803
Aumento líquido nos equivalentes de caixa		<u>47.971</u>	<u>42.793</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“Janaúba” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de novembro de 2016, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica denominada Pirapora 2/Janaúba 3 em 500 kv e Janaúba 3/Bom Jesus da Lapa 2 em 500 kv, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 013/2015 - segunda parte, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia assinou, com a ANEEL, o contrato de concessão nº 15/2017 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos.

Em 1º de setembro de 2021 a Companhia concluiu a energização total de seu empreendimento que consiste em 545 km de linha (Bom Jesus da Lapa II – Janaúba 3 e Janaúba 3 – Pirapora 2), e 3 subestações (SE Bom Jesus da Lapa 2I, SE Janaúba 3 e SE Pirapora 2), com capacidade de 500kV.

A JAN é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração em 29 de abril de 2022.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativa para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias estão descritas na nota explicativa nº 23.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

a) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos – Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos – São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

3.1. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

3.3. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos, e atualização monetária de depósitos judiciais.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias líquidas sobre debêntures, arrendamentos financeiros e atualização monetária de contingências.

3.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.5. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de competência das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

3.7. Normas e interpretações novas e revisadas

As normas e interpretações novas e revisadas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível e aprovadas pela ANEEL, quando entrarem em vigor.

Alterações no CPC 00: Referência à Estrutura Conceitual - Em 14 de maio de 2020 o IASB emitiu alterações à IFRS 3, correlacionado ao CPC 00. As alterações atualizam uma referência desatualizada à Estrutura Conceitual na IFRS 3 sem alterar significativamente os requisitos da norma.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Essas alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Alterações no CPC 25: Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento de um Contrato – Em 14 de maio de 2020 o IASB emitiu alterações à IAS 37, correlacionada ao CPC 25. As alterações especificam que o “custo de cumprir” um contrato inclui os “custos que se relacionam diretamente com o contrato”. Os custos que se relacionam diretamente com um contrato podem ser custos incrementais de cumprimento desse contrato (exemplos seriam mão de obra direta, materiais) ou uma alocação de outros custos relacionados diretamente ao cumprimento de contratos (um exemplo seria a alocação do encargo de depreciação para um item do ativo imobilizado utilizado no cumprimento do contrato).

Essas alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- (i) O que significa um direito de postergar a liquidação;
- (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Alterações no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, contendo o Plano de Contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

4. EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e Bancos	47	96
Aplicações financeiras	90.727	42.707
	90.774	42.803

Taxa de rentabilidade anual acumulada	31/12/2021	31/12/2020
CDB e Operações Compromissadas	101,09% do CDI	102,84% do CDI

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Equivalentes de caixa incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Composição do Contas a Receber	Valores Correntes					31/12/2021
	Corrente a Vencer	Corrente Vencida				
	Até 60 dias	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	
Encargos de Uso da Rede Elétrica	26.445	138	-	-	-	26.583
						31/12/2021
Concessionárias e permissionárias						26.583
Parcela variável (i)						(18)
						26.565
Circulante						26.561
Não circulante (ii)						4

(i) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, será deduzida dos próximos recebimentos.

(ii) Saldo refere-se à usuários que contestaram a cobrança dos montantes determinados pelo ONS nas esferas administrativa e judicial. A Companhia acompanha a evolução dos processos administrativos junto ao ONS e a ANEEL, aguardando, também, a decisão dos processos judiciais.

A JAN não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

• Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP - A Companhia será remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

Ciclo 2021-2022		
Resolução 2.959 de 05/10/2021 (*)		
Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022		
RAP	PA	Total
213.631	-	213.631

(*) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAL

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante		
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar	2.268	2.268
Imposto de Renda Retido na Fonte – Receitas financeiras - IRRF	3.213	2.618
PIS e COFINS a compensar	13	9
ICMS	-	3.477
Outros	475	-
	<u>5.969</u>	<u>8.372</u>
Passivo Circulante		
INSS, FGTS e ICMS	421	1.313
Pis e Cofins	3.875	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	103	142
ISS	465	4.369
Outros	11	22
	<u>4.875</u>	<u>5.846</u>

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo		
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	22.412	463
IRPJ sobre prejuízos fiscais	45.870	32.456
	<u>68.282</u>	<u>32.919</u>
Passivo		
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	(10.975)	(2.985)
Passivo - IRPJ e CSLL	<u>57.307</u>	<u>29.934</u>

Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos ativos	2022	2023	Após 2023	Total
Diferenças temporárias	20.828	1.074	510	22.412
Prejuízos fiscais	22.935	22.935	-	45.870
	<u>43.763</u>	<u>24.009</u>	<u>510</u>	<u>68.282</u>

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado	Taxa média de depreciação	Valor Bruto em 2020	Adições (A)	Transfe-rências (B)	Reclassi-ficação	Valor Bruto em 2021	Adições Líquidas (A) + (B)	Depreciação Acumulada 2021	Valor Líquido 2021	Valor Líquido 2020
Ativo Imobilizado em Serviço										
<u>Transmissão</u>										
Edificações, Obras Cíveis	0,55%	-	-	5.772	-	5.772	5.772	(32)	5.740	-
Máquinas e Equipamentos	0,47%	-	-	954.678	-	954.678	954.678	(4.471)	950.207	-
Móveis e utensílios	1,04%	-	-	25	-	25	25	-	25	-
		-	-	960.475	-	960.475	960.475	(4.503)	955.972	-
Ativo Imobilizado em curso										
<u>Transmissão</u>										
Móveis e Utensílios		-	36	(36)	-	-	-	-	-	-
Edificações		-	6	(6)	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos		772.218	148.261	(945.919)	25.440	-	(772.218)	-	-	772.218
Adiantamentos a fornecedores (*)		12.456	13.261	-	(25.440)	277	(12.179)	-	277	12.456
Almoxarifado de obras		-	4.927	(4.828)	-	99	99	-	99	-
		784.674	166.491	(950.789)	-	376	(784.298)	-	376	784.674
Total do Ativo Imobilizado		784.674	166.491	9.686	-	960.851	176.177	(4.503)	956.348	784.674

(*) Adiantamentos a fornecedores para aquisição de equipamentos relacionados às instalações de transmissão de energia elétrica.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Intangível	Valor Bruto em 2020	Adições (A)	Transferência (B)	Valor Bruto em 2021	Adições Líquidas (A) + (B)	Valor Líquido 2021	Valor Líquido 2020
Ativo Intangível em Serviço							
<u>Transmissão</u>							
Servidões	-	-	17.757	17.757	17.757	17.757	-
Ativo Intangível em Curso							
<u>Transmissão</u>							
Intangíveis em curso	27.443	-	(27.443)	-	(27.443)	-	27.443
Total do Ativo Intangível	27.443	-	(9.686)	17.757	(9.686)	17.757	27.443

Imobilizado e intangível	Taxas anuais médias de depreciação	2021			2020
		Valor Bruto	Deprec. e amortiz. acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
<u>Transmissão</u>	0,46%	978.232	(4.503)	973.729	-
Em curso					
<u>Transmissão</u>		376	-	376	812.117
Total do imobilizado e intangível		978.608	(4.503)	974.105	812.117

Composição das adições do imobilizado e intangível por tipo de gasto capitalizado	Máquinas e Equipamentos	Outros Gastos	Total
Móveis e Utensílios	-	6	6
Edificações	-	36	36
Máquinas e equipamentos	148.261	-	148.261
Adiantamentos a fornecedores (*)	-	13.261	13.261
Almoxarifado de obras	-	4.927	4.927
Total das adições do imobilizado em curso	148.261	18.230	166.491

(*) Adiantamentos a fornecedores para aquisição de equipamentos relacionados às instalações de transmissão de energia elétrica.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

9. PARTES RELACIONADAS

I –Outras Contas a Receber – OCR, Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias - CRCP e Outras Contas a Pagar – OCP.

a) Ativos e receitas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
<u>Transações com empresas ligadas</u>					
1	CRCP x receitas - Contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica ("PSTEL") – CEMIG	Os valores são definidos pela ONS a cada emissão do AVC	Até o término da concessão	N/A	Não Aplicável.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receita	
		31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
<u>Transações com empresas ligadas</u>					
1	PSTEL – CEMIG	1.572	-	4.704	-
		1.572	-	4.704	-

b) Passivos, custos e despesas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
<u>Transações com a Controladora</u>					
1	OCP x disponibilidades – CCI – Taesa	R\$5 Valor mensal a partir do início da operação	29/09/2017 até a extinção da concessão	Multa de 2% a.m. + juros de mora de 12% a.a. / Atualização anual pelo IPCA	Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, por determinação legal ou por mútuo acordo entre as partes.
2	OCP x disponibilidades - reembolso de despesas - Taesa (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
3	OCP x Outras receitas - Serviços de "back-office" – Taesa	R\$27 Valor mensal	30/03/2020 a 30/03/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O presente contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos.
4	OCP x Despesas operacionais – Compartilhamento de Infra. e RH – Taesa	N/A	01/12/2021 a 01/12/2026	Multa de 2% do valor total do contrato / atualização do ativo imobilizado bruto pela inflação conforme critério de rateio adotado.	Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização via termo aditivo.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
5	OCP x Despesas operacionais – Serviço de Manutenção e Operação – Taesa	R\$51 valor mensal	27/08/2021 a 27/08/2026	Multa de 2% sobre o valor em atraso, mais juros de moral de 1% a.m. / atualização anual pelo IPCA.	O contrato poderá ser rescindido a critério da contratante, mediante notificação com antecedência de 30 dias.
<u>Transações com empresas ligadas</u>					
6	OCP x disponibilidades - reembolso de despesas – Sant'ana (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
7	OCP x Custo e Despesa com pessoal - Previdência privada – Forluz	Investimento conforme opção do funcionário	Término indeterminado	Taxa de administração de 1,5% sobre o total das contribuições mensais / Não há atualização monetária.	Não houve.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Despesas	
		31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
<u>Transações com a Controladora</u>					
2	Reembolso de despesas Janaúba x Taesa	411	2	-	-
3	Backoffice Janaúba x Taesa	-	27	298	217
4	Compartilhamento de Infra. e RH – Taesa	412	-	412	-
5	O&M – Taesa	221	-	221	-
<u>Transações com Empresas do grupo taesa e empresas Ligadas</u>					
6	Reembolso de despesas Janaúba x Sant'ana	167	-	-	-
7	Previdência Privada - Forluz - Custos e Despesa	-	-	6	-
		1.211	29	937	217

III – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2020	Adição	31/12/2021
Dividendos a pagar à Taesa	99.061	258.314	357.375

Dividendos a pagar	31/12/2019	Adição	31/12/2020
Dividendos a pagar à Taesa	9.996	89.065	99.061

IV – Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

10. FORNECEDORES

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo Circulante		
Fornecedores de bens, equipamentos, materiais e serviços para implementação das instalações de transmissão e outros	61.653	21.348
	61.653	21.348

Os saldos referem-se basicamente aos compromissos assumidos para a construção da linha de transmissão.

11. DEBÊNTURES

11.1 Abertura do endividamento

Credor	Taxas de juros	Venc.	2021				2020			
			Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
1º Emissão - 1ª Série (BTG/Santander/XP) (a)	IPCA + 4,5%	15/07/2033	(9.506)	267.095	35.741	293.330	(11.136)	241.124	20.539	250.527
2º Emissão - Série única (BTG/Itaú) (b)	IPCA + 4,8295%	15/12/2044	(32.792)	664.826	66.314	698.348	(35.450)	602.207	29.675	596.432
			(42.298)	931.921	102.055	991.678	(46.586)	843.331	50.214	846.959
Circulante						127.370				-
Não circulante						864.308				846.959

- (a) Em 11 de janeiro de 2019 a Companhia emitiu 224.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, atualizadas monetariamente pelo IPCA. Pagamento de juros e amortizações no dia 15 dos meses de janeiro e de julho de cada ano, com primeiro vencimento em 15 de janeiro de 2022.
- (b) Em 16 de dezembro de 2019 a companhia emitiu 575.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, atualizadas monetariamente pelo IPCA. Pagamento de juros e amortizações no dia 15 dos meses de dezembro e de junho de cada ano, com primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2025.

	2021	2020
Saldo inicial	846.959	766.679
(-) Custo de transações	-	(2.663)
(+) Reversão de custo de transação	196	-
(+) Juros e variação monetária incorridos	140.433	78.804
(-) Amortização do custo de captação	4.090	4.139
Saldo final	991.678	846.959

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	Não circulante					Total
		2023	2024	2025	Após 2025	Sub total	
IPCA - 1ª emissão	65.096	11.599	15.378	16.746	194.017	237.740	302.836
IPCA - 2ª emissão	66.314	-	-	15.035	649.791	664.826	731.140
(-) Custos de emissão a amortizar	(4.040)	(3.899)	(3.758)	(3.600)	(27.001)	(38.258)	(42.298)
	127.370	7.700	11.620	28.181	816.807	864.308	991.678

O contrato da 1ª e 2ª emissão de debêntures possui cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado. Em 31 de dezembro de 2021 todas as cláusulas restritivas estavam cumpridas.

11.2 Abertura dos ativos financeiros

	31/12/2021	31/12/2020
Equivalentes de caixa	90.774	42.803

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

11.3 Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	2021				Total 2020
	Juros CP	Principal CP	Principal + Juros LP	Total	
<u>Dívida Bruta</u>					
Debêntures	99.580	27.790	864.308	991.678	846.959
<u>Ativos Financeiros</u>					
Equivalentes de caixa	-	(90.774)	-	(90.774)	(42.803)
Dívida Líquida				900.904	804.156

12. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis, referentes a faixa de servidão, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações no valor atualizado de R\$2.410.

	31/12/2020	Adições	Atualização	Reversão	Servidões	Baixa	31/12/2021
Cíveis	328	1.774	645	(189)	1.944	(5)	4.497

	31/12/2019	Adições	31/12/2020
Cíveis	-	328	328

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro 2021, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era no valor atualizado de R\$700, sendo R\$83 referentes a contingências cíveis, R\$403 a contingências trabalhistas e R\$214 a contingências tributárias, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2021, o capital social totalmente integralizado era de R\$193.145, representado por 193.145.100 (cento e noventa e três milhões, cento e quarenta e cinco mil e cem) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2020, o capital social totalmente integralizado era de R\$40.645, representado por 40.645.100 (quarenta milhões, seiscentas e quarenta e cinco mil e cem) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Data	Evento	Capital integralizado em 2021
18/01/2021	Aumento de capital	90.000
28/05/2021	Aumento de capital	37.500
27/07/2021	Aumento de capital	25.000
		152.500

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

social, (b) Reserva especial - constituída com base no artigo 202, inciso III, parágrafo 5º da nº Lei 6.404/76 e (c) Reserva de lucros a realizar - constituída com base no artigo 197 da Lei 6.404/76.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício - Societário

	31/12/2021	31/12/2020 (*)
Lucro líquido do exercício	206.139	279.142
Reserva legal	(10.307)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	(48.958)	(69.786)
Reserva de lucros a realizar	(146.874)	(209.356)

(*) Ratificada na AGO de 29 de abril de 2021.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Diferidos - são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos (que afetem diretamente a receita, uma vez que a Companhia é tributada pelo lucro real) e o respectivo valor contábil.

	2021	2020
Imposto de renda	20.128	19.326
Contribuição social	7.246	6.958
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.374	26.284

15. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia contratou seguro de fiel cumprimento dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas no contrato de concessão, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações descritas no referido contrato.

Leilão	Seguradora	Vigência	Valor Segurado
13/2015 – 2ª etapa	Austral Seguradora S.A.	07/02/2017 a 06/11/2022	95.960

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização	Danos Materiais - Valor em risco	Prêmio
Responsabilidade civil geral	Fator	20/09/21 a 19/09/22	10.000	-	5
Responsabilidade civil de diretores e administradores	Ezze Seguros	19/09/21 a 18/09/22	40.000	-	5
Risco Operacional	Mapfre Seguros	30/08/21 a 01/12/22	-	81.537	-

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo do nosso auditor independente.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

16.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, debêntures deduzidas pelos equivalentes de caixa, e patrimônio líquido.

16.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros		
<i>Valor justo através do resultado:</i>		
Aplicações financeiras de curto prazo	90.727	42.707
<i>Custo amortizado:</i>		
- Caixa e bancos	47	96
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	26.565	-
	<u>117.339</u>	<u>42.803</u>
Passivos financeiros		
<i>Outros passivos financeiros ao custo amortizado</i>		
- Fornecedores	61.653	21.348
- Debêntures	991.678	846.959
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	2.923	-
	<u>1.056.254</u>	<u>868.307</u>

16.4. Risco de mercado

16.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras, cujo risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

16.4.2 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índice	31/12/2021	Cenário provável em 31/12/2022
CDI	4,39%	13,00%
IPCA	10,06%	6,86%

(a) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), 25 de março de 2022 – Fonte Externa Independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2021	Efeito Provável no LAIR - 2022 - (redução)
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras de curto prazo – CDI	90.727	7.812
Passivos Financeiros – Debêntures - IPCA	1.033.978	17.733
		<u>25.545</u>

16.5 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa mobiliários é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às Transmissoras, pelos serviços prestados. Ademais, o CUST institui mecanismos de proteção ao pagamento dos encargos pelos usuários, por meio da celebração do Contrato de Constituição de Garantia - CCG ou da Carta de Fiança Bancária - CFB. É através do CUST que é realizada a administração da cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e da execução do sistema de garantias, no qual o ONS atua em nome das concessionárias de transmissão. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários têm a obrigação de pagar a todas as transmissoras; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissoras e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

16.6 Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de debêntures, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A tabela a seguir (i) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos (e os prazos de amortização contratuais da Companhia), (ii) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e (iii) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Debêntures	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixadas	45.044	-	116.319	197.714	2.597.420	2.956.497

16.7 Gestão dos riscos operacionais (fase de construção)

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, está sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Administração da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

16.8. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

16.8.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	Hierarquia do valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Equivalentes de caixa	4	90.727	42.707	Nível 2

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

16.8.2 Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

	Nota explicativa	31/12/2021		31/12/2020		Hierarquia do valor justo
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Debêntures - Passivos financeiros	11	991.678	931.819	846.959	892.317	Nível 2

A Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros ao custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos.

17. RECEITA LÍQUIDA

	2021	2020
Disponibilização do sistema de transmissão	78.469	-
Parcela variável	(18)	-
Receita bruta	78.451	-
PIS e COFINS Correntes	(7.529)	-
Encargos setoriais ANEEL - Quota para RGR, P&D e TFSEE	(912)	-
Tributos e encargos	(8.441)	-
Receita líquida	70.010	-

18. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2021	2020
- Remuneração direta	(709)	(169)
- Benefícios	(1.577)	(1.285)
- FGTS e INSS	(251)	(50)
Pessoal	(2.537)	(1.504)
Materiais	(54)	-
Serviços de terceiros	(1.356)	(525)
Depreciação e amortização	(4.503)	-
Outros custos e despesas operacionais	(50)	(812)
Total custos e despesas	(8.500)	(2.841)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com materiais: Referem-se basicamente aos custos de aquisição de materiais utilizados na implementação da infraestrutura de transmissão.

Despesas com serviços de terceiros: Referem-se basicamente as despesas com consultorias, serviços gráficos, comunicação e auditoria.

Outros custos e despesas operacionais: Referem-se basicamente aos custos com seguros, material de consumo, impostos contribuições e taxas, aluguéis e condomínios.

19. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2021	2020
Rendimentos de aplicação financeira	2.754	10.620
Atualização monetária de depósitos judiciais	456	-
Receitas financeiras	3.210	10.620
Encargos financeiros – Debêntures	(144.523)	(82.943)

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	2021	2020
Atualização monetária de contingências	(645)	-
Outras despesas (receitas) financeiras, líquidas	(4.614)	(2.221)
Despesas financeiras	(149.782)	(85.164)
	<u>(146.572)</u>	<u>(74.544)</u>

20. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA – CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. Em 31 de dezembro de 2021, 64,28% do quadro efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev (35% em 31 de dezembro de 2020).

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 9 – Partes relacionadas.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Abaixo a licença ambiental concedida à Companhia:

Trecho	Licença de Instalação e operação nº	Data de emissão	Vencimento
LT 500 KV Bom Jesus da Lapa 2 - Janaúba 3 - Pirapora 2	1623/2021	31/08/2021	31/08/2031

COVID-19 – O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Companhia. Desde então, a Companhia, em conjunto com a Taesa, vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo, as pessoas, e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

- Comunicação frequente e atualizada para todos os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- Retorno gradual às atividades em modelo híbrido, intercalando presencial com home office e mantendo todos os protocolos de segurança e saúde necessários;
- Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- Vacinação contra a gripe influenza para todos;
- Reforço de informações sobre os cuidados preventivos que devem continuar pós vacina.
- Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico;

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Pagamento de juros e amortização da 1ª emissão de debêntures – Em 17 de janeiro de 2022 a Companhia pagou aos debenturistas o montante de 51.333, sendo R\$36.409 de juros e R\$14.724 de amortização.

Aprovação da Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2021 – A AGO de 29 de abril de 2022 aprovou a proposta de destinação do Lucro Líquido de 2021 descrito na nota explicativa nº 12 – Patrimônio Líquido, retificando apenas a proposta para os dividendos mínimos obrigatórios, no valor de R\$48.958, transferindo o referido montante para a reserva de lucros a realizar. A retificação se deve à capacidade de pagamento de dividendos para o exercício de 2022.

23. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, dado o não pronunciamento da ANEEL em relação a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9) e Pronunciamento Técnico CPC 47 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), com vigência a partir de janeiro de 2018, eventuais impactos da adoção dos referidos pronunciamentos não estão sendo considerados na elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias. Adicionalmente, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Balço Patrimonial	Nota <u>Explicativa</u>	31/12/2021			31/12/2020		
		<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>
Ativos							
<i>Ativos circulantes</i>							
Caixa e equivalentes de caixa		90.774	-	90.774	42.803	-	42.803
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		26.561	-	26.561	-	-	-
Impostos e contribuições sociais		5.969	-	5.969	8.372	-	8.372
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	208.478	208.478	-	-	-
Outras contas a receber		5.341	-	5.341	5.098	-	5.098
Total dos ativos circulantes		128.645	208.478	337.123	56.273	-	56.273
<i>Ativos não circulantes</i>							
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	1.980.553	1.980.553	-	1.576.025	1.576.025
Depósitos judiciais		2.476	-	2.476	-	-	-
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		4	-	4	-	-	-
Impostos e contribuições diferidos	(ii)	57.307	(57.307)	-	29.934	(29.934)	-
Outras Contas a receber		177	-	177	-	-	-
Imobilizado	(iii)	956.348	(956.348)	-	784.674	(784.674)	-
Intangível	(iii)	17.757	(17.757)	-	27.443	(27.443)	-
Total dos ativos não circulantes		1.034.069	949.141	1.983.210	842.051	733.974	1.576.025
Total dos ativos		1.162.714	1.157.619	2.320.333	898.324	733.974	1.632.298
Passivos							
<i>Passivos circulantes</i>							
Fornecedores		61.653	-	61.653	21.348	-	21.348
Debêntures		127.370	-	127.370	-	-	-
Taxas regulamentares		660	-	660	-	-	-
Impostos e contribuições sociais		4.875	-	4.875	5.846	-	5.846
Dividendos a pagar		357.375	-	357.375	99.061	-	99.061
Outras contas a pagar		3.365	-	3.365	1.986	-	1.986
Total dos passivos circulantes		555.298	-	555.298	128.241	-	128.241
<i>Passivos não circulantes</i>							
Debêntures		864.308	-	864.308	846.959	-	846.959
Provisões para contingências		4.497	-	4.497	328	-	328
Impostos e contribuições diferidos	(ii)	-	284.457	284.457	-	180.229	180.229

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	Nota	31/12/2021			31/12/2020		
		<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>
Balanco Patrimonial	<u>Explicativa</u>						
Tributos diferidos	(iv)	-	201.372	201.372	-	145.782	145.782
Fornecedores		16.506	-	16.506	40.113	-	40.113
Outras contas a pagar		2.924	-	2.924	-	-	-
Total dos passivos não circulantes		<u>888.235</u>	<u>485.829</u>	<u>1.374.064</u>	<u>887.400</u>	<u>326.011</u>	<u>1.213.411</u>
<i>Patrimônio líquido</i>							
Capital social		193.145	-	193.145	40.645	-	40.645
Reserva de lucros		197.826	-	197.826	40.645	-	40.645
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	209.356	-	209.356
(Prejuízos) acumulados		<u>(671.790)</u>	<u>671.790</u>	<u>-</u>	<u>(407.963)</u>	<u>407.963</u>	<u>-</u>
Total do patrimônio líquido	(v)	<u>(280.819)</u>	<u>671.790</u>	<u>390.971</u>	<u>(117.317)</u>	<u>407.963</u>	<u>290.646</u>
Total dos passivos e do patrimônio líquido		<u>1.162.714</u>	<u>1.157.619</u>	<u>2.320.333</u>	<u>898.324</u>	<u>733.974</u>	<u>1.632.298</u>

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2021			31/12/2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Disponibilização do sistema de transmissão	78.469	(78.469)	-	-	-	-
Remuneração do ativo de contrato de concessão	-	33.551	33.551	-	-	-
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	-	102.321	102.321	-	-	-
Operação e manutenção	-	7.436	7.436	-	-	-
Construção e indenização	-	548.167	548.167	-	1.273.123	1.273.123
Parcela Variável	(18)	-	(18)	-	-	-
Receita operacional bruta (vi)	78.451	613.006	691.457	-	1.273.123	1.273.123
PIS e COFINS correntes	(7.529)	-	(7.529)	-	-	-
PIS e COFINS diferidos (vii)	-	(55.589)	(55.589)	-	(117.764)	(117.764)
Quota para RGR, P&D, TFSEE	(912)	-	(912)	-	-	-
Deduções da receita	(8.441)	(55.589)	(64.030)	-	(117.764)	(117.764)
Receita operacional líquida	70.010	557.417	627.427	-	1.155.359	1.155.359
Pessoal	(1.117)	-	(1.117)	(177)	-	(177)
Material	(54)	(166.491)	(166.545)	-	(655.111)	(655.111)
Serviços de terceiros	(513)	-	(513)	-	-	-
Depreciação e amortização	(4.503)	4.503	-	-	(270)	(270)
Outros custos operacionais	(69)	-	(69)	(409)	408	(1)
Custos operacionais (viii)	(6.256)	(161.988)	(168.244)	(586)	(654.973)	(655.559)
Pessoal	(1.420)	-	(1.420)	(1.327)	-	(1.327)
Serviços de terceiros	(843)	-	(843)	(525)	-	(525)
Outras despesas operacionais líquidas	19	-	19	(403)	-	(403)
Despesas operacionais	(2.244)	-	(2.244)	(2.255)	-	(2.255)
Resultado da atividade	61.510	395.429	456.939	(2.841)	500.386	497.545
Receitas financeiras	3.210	-	3.210	10.620	-	10.620
Despesas financeiras	(149.782)	-	(149.782)	(85.164)	(59)	(85.223)
Receita e despesas financeiras, líquidas (ix)	(146.572)	-	(146.572)	(74.544)	(59)	(74.603)
Resultado antes dos impostos e contribuições	(85.062)	395.429	310.367	(77.385)	500.327	422.942
Imposto de renda e contribuição social diferidos (x)	27.374	(131.602)	(104.228)	26.284	(170.084)	(143.800)
Lucro (Prejuízo) do exercício (xi)	(57.688)	263.827	206.139	(51.101)	330.243	279.142

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. A receita da Companhia é classificada no seguinte grupo:

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são:

(i) Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pelo CPC 47; e (ii) Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

(iv) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 e da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o PIS e COFINS diferidos.

(v) Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	2021	2020
Patrimônio líquido societário	390.971	290.646
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(2.189.031)	(1.576.025)
Imobilizado e intangível (CPC 47)	974.105	812.117
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47), ativos e passivos, líquidos	341.764	210.163
Tributos diferidos – Pis e Cofins (CPC 47)	201.372	145.782
Patrimônio líquido regulatório	<u>(280.819)</u>	<u>(117.317)</u>

(vi) Receita bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e remuneração do ativo de contrato de concessão, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(vii) Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(viii) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de construção, registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material e outros custos de construção".

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Os custos, amortização do direito de uso e a depreciação de desmobilização referentes ao CPC 06 (R2) não foram aplicados na contabilidade regulatória.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(ix) Receita e despesas financeiras, líquidas

As despesas financeiras referentes ao CPC 06 (R2) não foram aplicados na contabilidade regulatória.

(x) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, ao IR e CSLL diferidos.

(xi) Lucro (Prejuízo) do exercício

Conciliação do Lucro (Prejuízo) societário e regulatório	2021	2020
Lucro societário	206.139	279.142
Receita bruta (CPC 47)	(613.006)	(1.273.123)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (CPC 47)	55.589	117.764
Custos operacionais - Materiais (CPC 47)	166.491	655.111
Depreciação e amortização (CPC 47 e ICPC 01 (R1))	(4.503)	270
Arrendamentos de Veículos (Leasing) (CPC 06 (R2))	-	(408)
Despesa financeira – Arrendamento (CPC 06 (R2))	-	59
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	131.602	170.084
(Prejuízo) regulatório	(57.688)	(51.101)

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

* * * * *

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Diretoria	
Nomes	Cargo
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Erik da Costa Breyer	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Jurídico e Regulatório
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
PF nº 778.993.777-49